



INCLUSÃO SEXUAL: ABORDAGEM DOCENTE SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Marcella Alves Fernandes(1); Milenna Silva Correia(1); LaergiaMirellyPorpino Lages(2)

Universidade Federal Da Paraíba; marcellafernandes94@hotmail.com

RESUMO

As transformações do corpo desencadeiam um misto de sensações morfológicas e psicológicas, causando uma procura incessante pela satisfação pessoal. Inicia-se, então, o exercício da sexualidade através do ato sexual. O núcleo familiar muitas vezes não consegue orientar, ou até mesmo abordar, corretamente os adolescentes, deixando esta responsabilidade nas mãos da educação básica, corroborando no surgimento da Educação Sexual. É tida como tema transversal, possui o papel de orientar corretamente sobre os mais diversos assuntos envolvidos na temática, dando ênfase em gênero, diversidade sexual, sexo, DST e métodos contraceptivos. Verificou-se o cumprimento dos PCN, a postura, conhecimentos, o modo de abordagem e a inclusão acerca da Educação Sexual. Neste contexto, o presente trabalho trata-se de uma Pesquisa qualiquantitativa, cujos dados foram obtidos através de observações periféricas e aplicação de questionários. Teve como cede de pesquisa, oito docentes titulares das duas turmas do 8º ano de uma instituição pública. Os resultados obtidos de acordo com análise das respostas contidas nos questionários indicaram que todos os docentes possuem ciência acerca da transversalidade, entretanto no transcorrer da observação periférica o índice de aplicabilidade destes conhecimentos foi bastante reduzido. Desta maneira, houve divergência entre as respostas e a atitude dos docentes mediante as turmas, sendo possível constatar a veracidade atual da problemática. O fato de não existir uma fiscalização sobre a inclusão da Educação Sexual, resultou em negligência por parte de muitos docentes, e o pior, os alunos ficam sem aparato algum. Diante dos resultados obtidos é preciso elaborar estratégias que conscientizem os professores sobre a importância de inserir a Educação Sexual no âmbito escolar, e que essa, não deve ser apenas dever de um grupo minúsculo de docentes.

Palavras-chave: Educação Sexual, Professores, Transversalidade, Adolescentes, Escola.

INTRODUÇÃO

O processo educacional brasileiro atual propõe a formação de cidadãos críticos-reflexivos, capazes de opinar acerca das concepções que lhes são apresentadas. No Art. 22º da Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, estabelece uma Educação que garanta ao discente “*a formação comum indispensável para o exercício da cidadania* (BRASIL, 1996, p. 9). Para que isto ocorra, é impreterivelmente necessário que o ambiente escolar esteja adequado com a realidade de seu público alvo. A sala de aula é o local de exercitar indagações que norteiam a construção da cidadania, envolvendo múltiplos aspectos de diferentes dimensões da vida social e cultural dos alunos (ALMEIDA, 2006). Contudo, é preciso preparar e orientar as práticas docentes para que tais objetivos sejam alcançados.

Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN), lançaram a proposta da Transversalidade para o currículo escolar, ou seja, temas interdisciplinares que são condizentes com o universo ao qual estão acometidos os alunos do 6º ao 9º ano. Tais temas devem ser abordados por todas as disciplinas constituintes da educação regular, sem exceções, propiciando uma educação formativa e comprometida com as questões sociais (BRASIL, 1998). Dentre as temáticas, essa pesquisa reteve-se a inclusão da Educação Sexual, ou orientação sexual (terminologia usada no PCN).

A Educação Sexual fundamenta-se na orientação acerca dos mais diversos temas inerentes ao exercício da sexualidade por intermédio das práticas sexuais. É entendida como um processo de intervenção pedagógica na qual tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas ao sexo (BRASIL, 1998). Abrange um leque de assuntos tais como: gênero, diversidade sexual, sexo, DST e métodos contraceptivos. É preciso falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade (FOUCAULT, 1997). Segundo o PCN (1998),

Ao tratar do tema, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes.



Em pleno século XXI é comum deparar-se com dúvidas dos mais diversos graus acerca dos temas envoltos na Educação Sexual. As mudanças físicas, químicas e psicológicas que acontecem no corpo humano, originam uma busca rumo ao contentamento e o prazer através da prática sexual, ou seja, do sexo. Por se tratarem de adolescente em todo o vigor da puberdade, sempre estão repletos de questionamentos, onde inúmeras vezes não tem o apoio familiar, incumbindo a escola o papel de esclarecer tais dúvidas. Contudo, muitas instituições ainda se fundamentam na concepção de que este tema deve ser debatido exclusivamente no seio familiar, não nas salas de aula, evidenciando que a qualidade da instrução educacional está corrompida, já que o ensino reproduz práticas coercivas e repreensivas (ALTHUSSER, 1985). Para Britzman (2000),

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fato seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes.

Apesar de ser uma proposta estipulada a décadas atrás, suas problemáticas ainda permeiam o sistema educacional. Quando abordada, a educação sexual volta-se apenas para a vertente biológica, ficando nas mãos do professor de Ciências esclarecer as dúvidas, tornando-se uma falta inclusão. Lamentavelmente, mesmo com as determinações dos PCN, é comum analisar os docentes restringindo suas práticas escolares apenas aos seus conteúdos programáticos, deletando as temáticas interdisciplinares. Esta prática induz os discentes a se dirigir rumo as novas tecnologias contemporâneas para sanar seus dilemas da puberdade, onde infelizmente nem sempre as informações obtidas são verídicas, podendo resultar em consequências irreparáveis.

Diante desta conjuntura, trabalhos acadêmicos, como este, justificam-se na importância de analisar o verdadeiro cumprimento do PCN, principalmente na rede pública de ensino, onde inúmeras vezes é rotulada como a educação de “pior qualidade”. Sabe-se que ensinar requer uma formação continuada, de modo que os docentes sempre estejam atualizados. A postura, o modo e a frequência com que o assunto é apresentado pelas disciplinas são essenciais para solucionar lacunas existentes nesta educação tão desacreditada, pois, ela só tem pleno sentido quando possibilita autorreflexão (PATTO, 1995). Incluir este tema nas instituições de ensino surte efeitos em toda a sociedade, desde o acesso as informações coerentes até a ruptura de preconceitos e rotulações persistentes nos dias atuais.



Defronte desta problemática educacional extremamente atual, a presente pesquisa verificou a frequência com que os docentes de uma determinada escola pública incluem a Educação Sexual em seu cotidiano na sala de aula, bem como, as suas posturas e os seus conhecimentos ao recebem indagações dos alunos sobre a temática. Objetivando, portanto, averiguar se há verdadeiramente o cumprimento do PCN principalmente na rede básica de ensino.

METODOLOGIA

Por ser realizado no âmbito escolar, o pressuposto teórico-metodológico deste trabalho respalda-se na pesquisa quali-quantitativa possibilitando uma análise das informações recolhidas. Pesquisas deste porte dão maior visibilidade ao trabalho, permitindo uma reflexão crítica e facilitando a utilização das experiências realizadas (GAMBOA, 1987). Para a execução do projeto, usou-se a técnica de observação participante periférica.

Com autorização da diretoria, a pesquisa foi efetivada nas duas turmas matutinas do 8º ano (A e B), da EEEF Isabel Maria das Neves. A instituição está localizada na Avenida João Machado, número 484, no Centro de João Pessoa. Cada turma dispõe de aproximadamente 30 alunos, com faixa etária entre 12 e 14 anos. O público alvo foram os oito docentes responsáveis por ministrar aulas das respectivas turmas. Observou-se as aulas no período de 29 de março a 29 de abril do presente ano (2016).

A presente pesquisa dividiu-se em duas etapas: aplicação de questionários; observação participante periférica.

Na observação participante periférica o pesquisador é inserido no grupo observado, mantendo um certo grau de proximidades, entretanto, não é admitido no centro da atividade (ADLER; ADLER, 1987).

Por fim, aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, onde pode-se averiguar: o perfil, os conhecimentos, e a postura docente acerca da Educação Sexual. Os dados coletados foram analisados no programa Excel, e seus resultados serviram de arcabouço para nortear as respostas aos objetivos da pesquisa.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na turma do 8º ano da escola participante, percebeu-se a existência de oito componentes curriculares, entretanto, o de Artes encontra-se com um déficit, pois, a docente estava de licença médica, e durante a observação periférica nenhum contrato de emergência foi efetuado.

Segundo Brasil (2010) o corpo docente deve ser formado visando atender os seguintes componentes curriculares:

Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento: I – Linguagens: a) Língua Portuguesa; b) Língua Materna, para populações indígenas; c) Língua Estrangeira moderna; d) Arte; e e) Educação Física; II – Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas: a) História; b) Geografia; V – Ensino Religioso (BRASIL, 2010, p. 4).

As observações participantes periféricas obtiveram um total de 43 horas/aula divididos entre os diferentes componentes curriculares nas turmas do 8º A e B.

Quadro 1- Quadro das horas/aulas observadas de cada disciplina das turmas do 8º A e B, na EEEF Isabel Maria das Neves.

COMPONENTE CURRICULAR	HORAS/AULAS
Matemática	8
Inglês	2
Português	8
Ciências	8
História	8
Geografia	7
Educação Física	2
Artes	0
TOTAL	43 horas/aulas

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.



Identificou-se uma discrepância durante a comparação dos resultados da observação periférica e os questionários respondidos pelos professores dos diferentes componentes curriculares.

Na fase de aplicação dos questionários, não foi possível coletar as informações de professores de dois componentes curriculares: Educação Física e Artes. Portanto, apenas Matemática, Inglês, Português, Ciências, História e Geografia preencheram as informações. Verificou-se a variação de faixa etária entre 27 e 60 anos, boa parte dos docentes são do sexo feminino e com religiões diversificadas. É importante ressaltar que Geografia, Inglês, e Matemática alegaram possuir mais de uma graduação, variando desde Psicologia até Enfermagem (**Quadro 2**).

Quadro 2 - Análise do perfil docente do 8º Ano da EEEF Isabel Maria das Neves

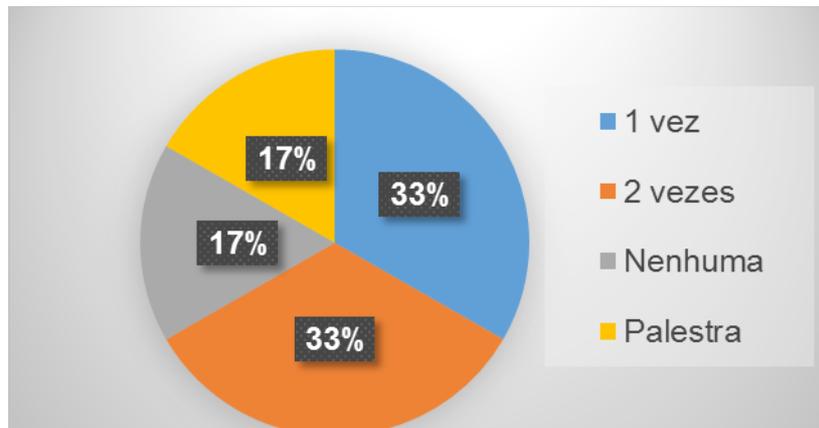
Disciplina	Sexo	Idade	Religião	Número de graduações
História	Masculino	26	Sem religião	1
Ciências	Feminino	39	Protestante	1
Português	Feminino	Sem resposta	Católica	1
Matemática	Feminino	50	Católica	2
Geografia	Feminino	55	Católica	3
Inglês	Masculino	60	Ser superior	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quando questionados, sobre o conceito de Transversalidade e Educação Sexual, todos os docentes marcaram a alternativa mais coerente. Identificou-se que ocorre variação na frequência em que os docentes abordam a Educação Sexual. Dos seis analisados, quatro afirmaram que abordam de uma a duas vezes por bimestre, um se absteve e um admitiu não tocar no assunto. Porém, todos informaram que quando os alunos apresentam dúvidas, buscam responder corretamente.



Gráfico 1 – Frequência com que Educação Sexual é abordada pelos docentes dos 8º anos da EEEF Isabel Maria das Neves.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

De acordo com os dados coletados, identificou-se que todos os componentes curriculares participantes têm conhecimento da transversalidade e uma definição correta sobre Educação Sexual, entretanto, durante as observações, detectou-se que em suas práticas, não conseguem aplicar tais conhecimentos.

Acerca da instrução e quantidade de conhecimentos sobre a temática, cinco, dos seis participantes, responderam no questionário que a formação acadêmica foi suficiente para responder as dúvidas dos discentes. Somente o professor de História, foi objetivo, e disse que a sua formação deve ser continuada. Durante as observações verificou-se atitudes positivas e negativas, corroborando e contradizendo tais resultados.

Existiram as mais diversas situações que foram negligenciadas por grande parte dos docentes. Dentre elas, em uma das aulas de História, o professor observou a atitude de duas alunas, que estavam trocando carícias, e ele categorizou como uma brincadeira que daria em namoro. Tal atitude gerou algazarra entre os alunos, os quais as rotularam de homossexuais. É justamente neste típico comportamento excludente, regado de rotulações, que nasce a problemática do Bullying dentro das instituições de ensino. Para Fante (2005) o Bullying é definido como:

Forma de violência gratuita em que a vítima é exposta repetidamente a uma série de abusos, por meio de constrangimento, ameaça, intimidação, ridicularização, calúnia, difamação, discriminação, exclusão, dentro outras formas, com o intuito de humilhar, menosprezar, inferiorizar, dominar.



A prática do Bullying inicia-se de pequenas atitudes, que aos poucos ganham grandes proporções. Os efeitos de tais comportamentos podem atingir diversas áreas na vida do “sujeito-alvo”. Segundo Leão (2010, p.120),

As consequências provocadas pelo bullying geram, por vezes, danos e traumas irreparáveis na vida da criança, podendo refletir desde logo, como por exemplo, baixa autoestima, estresse, depressão, queda no rendimento escolar, pensamentos de vingança para com o agressor e até mesmo suicídio. A longo prazo, isto é, na constituição da família, na criação dos filhos e dificuldades de se relacionar com os colegas de serviço.

Outra situação parecida transcorreu na disciplina de Português, onde observou-se alunos pegando em órgãos genitais. A docente simplesmente repreendeu os discentes e ignorou o que estava ocorrendo. Não houve qualquer conversação acerca do motivo pelo qual tal atitude não deveria ocorrer naquele ambiente, em vez disto, preferiu continuar com o seu conteúdo programado para o respectivo dia. Além disto, observou-se alunos tocando em partes específicas do corpo de algumas colegas de turma, e estes atos foram totalmente ignorados pelo professor em atuação.

Por diversas vezes, a direção negligenciou os ensinamentos deste tema transversal, porém ao ver alunos “namorando” nos corredores, repreendiam aos gritos, fazendo uso do autoritarismo errôneo, onde, o que cabia no momento era uma simples conversa, demonstrando completo despreparo para resolver tais situações.

Apesar de verificar várias atitudes equivocadas e errôneas por parte do corpo docente escolar, presenciamos posturas coerentes, ao deparar-se com um aluno do 8º ano A desenhando órgãos sexual na carteira, a professora de Matemática parou seu conteúdo programático e tratou com naturalidade a atitude do aluno. Aproveitou, para esclarecer indagações e explicou que a ação do aluno não foi correta, pois estava denegrindo o patrimônio da instituição. O aluno reconheceu seu erro, e prontamente apagou o desenho. Segundo Louro (1999, p. 81),

A presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “Educação Sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.

Outra situação interessante vivenciada ocorreu nas aulas de Inglês. Sempre que julgava necessário, o professor titular orientava sexualmente seus alunos de ambas as turmas,



enfazando o preconceito e a importância de uma relação sexual protegida. Os alunos, por sua vez, demonstravam total interesse no que estava sendo explanado, de modo que absolutamente todos prestavam atenção nas orientações e sentiam-se completamente à vontade para sanar suas dúvidas. Junqueira (2007), destaca a importância da inserção desses debates no espaço escolar, os quais servem de arcabouço para promover a igualdade de gênero, a inclusão social e a constituição de uma cidadania para todos, combatendo o sexíssimo e à homofobia.

Apesar de encontrar um grande desinteresse por parte dos professores, o desejo de tornar realidade à prática de discussão sobre temas transversais deve ser comum a todos. Segundo Souza et al. (2008), é de suma importância que todo o corpo escolar participe e seja capacitado para ministrar a temática.

Embora esteja explícito em seus conteúdos programáticos, a professora de Ciências, cuidadosamente falou de gênero, diversidade sexual, órgãos genitais, métodos contraceptivos, e quando um discente perguntou sobre o aborto, a mesma explicou os estágios de formação do embrião e a importância de planejar a gravidez. Percebeu-se que no decorrer das explicações, muitas dúvidas surgiram, e que com maestria, todas as lacunas foram preenchidas.

Comparando esses dados com outro trabalho feito por Souza et al. (2008) sinalizam a necessidade de capacitar e conscientizar os docentes sobre a temática. Eles precisam de subsídios suficientes para trabalhar a temática no ambiente escolar (SOUZA et al., 2008). Não basta investir em conteúdos programáticos para que os alunos alcancem boas notas, é extremamente relevante, formar cidadãos conscientes de suas práticas, e principalmente, mostrar aos docentes a importância da Educação Sexual.

É importante ressaltar que não apenas a professora de Ciências tem por obrigação tirar as dúvidas e contribuir com o aprendizado dos alunos. Qualquer professor pode e deve tratar sobre Educação Sexual e a qualquer momento da disciplina, pois é um tema Transversal que atravessa fronteiras disciplinares (JARDIM; BRÊTAS, 2006). De acordo com Coll (1998) ao tratar dos temas transversais, o corpo escolar estará contribuindo direta e indiretamente com o desenvolvimento global do aluno.

Através dos relatos, identificou-se que ainda existe relaxamento sobre a Educação Sexual, e que, os dogmas/religiões não estão atrelados a tais negligências. Muito pelo contrário, o professor que relatou não ter religião, também, ignorou situações durante suas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educar sexualmente é competência de toda a sociedade. A família deve estar inserida neste processo, porém, a maior responsabilidade é do professor. Lidar com a inclusão efetiva da transversalidade não é fácil, e deve ser um trabalho em conjunto entre a direção e os docentes. É preciso contextualizar, debater e disseminar conhecimentos sem incluir crenças pessoais, proporcionando uma reflexão coerente, e não uma coerção ou repreensão. Tal mediação se torna eficaz quando os alunos conseguem aplicar todas as informações ao seu cotidiano. Verificar a frequência deste processo é importante não apenas para a instituição, mas para a formação social e pessoal dos adolescentes, reduzindo a distorção e vulgarização de informações tão essenciais.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P.; ADLER, P. (1987). **Membership Roles in Field Research**. New York: Sage.
- Benbasat, I. (1984). An Analysis of Research Methodologies. In F. Warren McFarland (Ed.), **The Information Systems Research Challenge**. (pp. 47-85). Boston MA: Harvard Business School Press.
- ALMEIDA, T. J. B. Abordagem dos Temas Transversais nas aulas de Ciências do Ensino Fundamental, no Distrito de Areembepe, município de Camaçari – BA. **Candombá**, v. 2, n. 1, p. 1-13, jun. 2006.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, Lei Darcy Ribeiro, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 14p., 1996.
- BRASIL. **PCN + Ensino Fundamental**. Apresentação dos Temas Transversais, Ética. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, SEF, 1998.
- BRASIL. Resolução nº 7, de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos**. Brasília, p. 34, dez. 2010.
- BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 83-111.
- COLL, C. (Org). **Construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1998.



FANTE, C. **Fenômeno Bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus Editora, 2005.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

GAMBOA, S. A. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**: estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. 228 F. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo. 1987.

JARDIM D.P.; BRÊTAS J.R.S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2006; v. 59, n. 2, p. 157-62.

JUNQUEIRA, R. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: DISCUTINDO PRÁTICAS EDUCATIVAS, 3., 2007, Rio Grande. **Anais**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007.

LEÃO, G. R. O fenômeno Bullying no Ambiente Escolar. **Revista Facevv**. Vila Velha: n. 4, p. 119 – 135, jun. 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PATTO, M. H. S. Apresentação. In: ANDALÓ, C. S. de A. **Fala professora!** São Paulo: Vozes, 1995. p.13-14.